



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 235/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1868/2011 – 12 Volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM.

4- Exercício: 2010.

5- Responsáveis: Sr. Pedro Geraldo Raimundo Falabella, Diretor-Presidente da AFEAM, à época.

6- Unidade Técnica: DICA/AM – Informação nº 22/2016 (fls. 2285/2286).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 730/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 2287).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM. Exercício 2010.

Contas Irregulares. Considerar em débito o espólio. Prazo. Solicitação de informações à AFEAM.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- À UNANIMIDADE:

9.1.1- Julgar irregular a Prestação de Contas da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM), exercício 2010, de responsabilidade do Sr. **Pedro Geraldo Raimundo Falabella**, Diretor-Presidente à época, (falecido), nos termos do art. 22, III, b, e ç e art. 25, caput. da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 188, III, b, e ç e art. 190, I e III, b, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.1.2- Considerar o espólio do Sr. Pedro Geraldo Raimundo Falabella, representado pela Sra. Sheila Carneiro Falabella responsável em débito pelo valor de **R\$ 3.613,54** (três mil,



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 235/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

seiscentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos), em razão de não comprovação referente o saldo da aplicação em 31/12/2010 no Banco Safra;

9.1.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor do debito aos cofres do Estado do Amazonas, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.2- POR MAIORIA, solicitar à Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM) informações completas sobre os empréstimos/financiamentos concedidos com recursos estatais aos pequenos e microempresários amazonenses e pessoas físicas ou jurídicas nos últimos cinco anos.

Vencido o Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, quanto à proposta de instauração de Tomada de Contas Especial e rejeitada a proposta do representante Ministerial de auditoria sobre os empréstimos concedidos.

10- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral